

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Reprodução/vídeo

“Auto-exílio” de Eduardo nos EUA gera temor

Tática de ataque ao STF assusta parte da direita

À medida que vai ficando mais clara, a tática que passou a ser adotada pela família Bolsonaro e pelo bolsonarismo mais radical começa a provocar temores no campo da direita tradicional, do conservadorismo mais moderado. Embora não admita publicamente, a tática vem provocando arrepios no próprio presidente do PL, Valdemar Costa Neto. O grupo mais moderado,

especificamente o Centrão, não parece interessado em se vincular explicitamente ao que vai se tornando uma guerra contra um dos poderes da República, o Judiciário. Se por um lado a tática pode galvanizar o grupo mais extremado, por outro o vai isolando. E tornando, com isso, cada vez mais remota a possibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro reverter a sua situação.

Anistia

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), tentou ter uma conversa mais aprofundada com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na quinta-feira (20) a respeito da votação do projeto de anistia pelo 8/01. Acabou não obtendo resposta concreta.

Urgência

Sóstenes não apresentou o requerimento de urgência para o projeto para não afrontar Hugo Motta. Disse que respeitará o tempo do presidente da Câmara, que viajará na semana que vem para o Japão na comitiva de Luiz Inácio Lula da Silva. A discussão ficará para depois.



Lula Marques/ Agência Brasil

Sóstenes promete obstrução se Motta não pautar

No fundo, a essa altura não há segurança para anistia

Segundo Sóstenes, Hugo Motta disse a ele que queria conversar ainda antes de embarcar para o Japão na sexta-feira (21). Mas, no fundo, o adiamento tem relação com certa falta de segurança a essa altura sobre as chances do projeto. De acordo com Sóstenes, depois do retorno daqui a duas semanas, Motta dirá se acatará a urgência

ou se instalará comissão especial para analisar a anistia, o que deverá ser o mais provável. A comissão significa mais protelação. Mas, para Sóstenes, pelo menos, o projeto começaria a tramitar. O problema é que a tática adotada a partir do “auto-exílio” do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pode vir a retirar apoio.

Pressão

No primeiro momento, a decisão de Eduardo, não combinada, gerou surpresa geral. Depois, porém, o PL mais extremado uniu-se em torno do discurso de que seria uma atitude “corajosa”, para denunciar, no exterior, os atos do Supremo Tribunal Federal e de Alexandre de Moraes.

Democracia

Se une os mais extremados, afasta os moderados. O próprio Hugo Motta já tratou de declarar que “não há exilados no Brasil”, numa clara referência a Eduardo Bolsonaro. Reafirmou ainda que o Brasil tem uma democracia e respeita o Estado Democrático de Direito.

Comissão

Eduardo, assim, não presidirá a Comissão de Relações Exteriores, mas, mesmo assim, a ideia é que ela, sob o comando de Filipe Barros (PL-PR), seja a tribuna pela qual se ampliará esses ataques no Brasil. E, nos EUA, Eduardo buscará ajuda por lá da direita.

STF

No STF, então, a preocupação agora é saber dosar o julgamento, de modo a não parecer que se intimida com a tática extremada, mas sem também cometer atos que possam parecer abuso das prerrogativas dos acusados e de seus advogados. Um ajuste bem delicado.

Congresso aprova finalmente o orçamento

Texto determina teto de R\$ 2,2 trilhões para os gastos

Por Gabriela Gallo

Após quase fechar o primeiro trimestre do ano, o Congresso Nacional aprovou o Orçamento da União 2025, nesta quinta-feira (20). O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No plenário do Congresso, a votação foi simbólica tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. O texto prevê um teto de despesas de R\$ 2,2 trilhões, cumprindo os critérios do arcabouço fiscal (Lei Complementar 200/2023). A meta fiscal segue sendo de déficit zero em 2025.

Durante a sessão, a bancada do Novo na Câmara e o deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP) foram os únicos que se manifestaram abertamente votando contra a proposta. O relatório final do senador Angelo Coronel (PSB-BA) foi publicado e divulgado na madrugada desta quinta-feira – na manhã do mesmo dia ele, foi votado e aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e depois seguiu para aprovação do plenário no mesmo dia.

Tempo

Os parlamentares contrários à votação do projeto alegaram que os congressistas não tiveram o tempo necessário para analisar o projeto. Outros congressistas, como a bancada do Psol na Câmara, também criticaram a falta de tempo para analisar o projeto e alterações que cortaram recursos para a Lei Aldir Blanc (lei de apoio ao setor cultural), mas votaram favoráveis ao projeto para não atrasar mais a definição do Orçamento.

Em entrevista à imprensa após a aprovação do texto, o relator do projeto, senador Angelo Coronel (PSB-BA), destacou que, ao longo do tempo em



Lula Marques/Agência Brasil

Alcolumbre e Coronel comemoram aprovação do orçamento

que foi relator do projeto e teve que fazer alterações, “fez questão” de conversar com demais parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento (CMO) para alinharem os interesses do texto.

“A grande maioria dos parlamentares que compõem a CMO teve acesso tranquilo [ao projeto]. Eu fiz questão de, ao longo do mês, conversar com todos os membros da CMO para começar a se costurar o que nós fizemos hoje: a votação de uma peça orçamentária sem a obstrução, o que é uma coisa rara no Congresso”, defendeu Coronel.

O orçamento inicialmente deveria ter sido decidido em dezembro de 2024, mas devido à falta de acordo entre os poderes, foi adiado diversas vezes – especialmente devido ao desentendimento referente à transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares. Após uma série de reuniões, ficou acertado que as emendas têm que seguir o Plano de Trabalho elaborado pelo Legislativo e Executivo, acertado

com o Supremo Tribunal Federal (STF). A LOA 2025 separa R\$ 50 bilhões para o pagamento de emendas parlamentares.

O texto

O montante do Orçamento 2025 é de R\$ 5,9 trilhões, porém, R\$ 1,6 trilhão se refere ao refinanciamento da dívida pública. Além disso, ele prevê um superávit de R\$ 15 bilhões, um valor quatro vezes maior do que inicialmente estava previsto pelo governo (R\$ 3,7 bilhões), após as deduções permitidas. Segundo o relator da proposta o montante vem do ajuste da inflação aplicada ao teto de gastos.

A conta, por outro lado, não inclui os R\$ 44,1 bilhões que serão destinados a precatórios porque o valor excede o teto de pagamento imposto em 2021 (autorizados pelo Supremo Tribunal Federal). O Conselho de Justiça Federal define precatórios como “requisição de pagamento expedida pela Justiça para determinar que um órgão ou entidade pública pague de-

terminada dívida, resultante de uma ação judicial para qual não cabe mais recurso”.

Do total do orçamento, o senador Angelo Coronel destacou algumas despesas importantes que ele adicionou no texto substitutivo: R\$ 160 bilhões para o programa social Bolsa Família; R\$ 3,6 bilhões para o Vale-gás; R\$ 4,2 bilhões para o Farmácia Popular; R\$ 60 bilhões para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); R\$ 233 bilhões para gastos com saúde; R\$ 167 bilhões para educação e R\$ 4,2 bilhões em Bolsas de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no Ministério da Educação.

“Tínhamos o desafio de equilibrar interesses legítimos, fortalecer políticas públicas essenciais e assegurar que o Orçamento fosse compatível com a realidade fiscal do país. Tudo isso sem comprometer a governabilidade e a execução dos programas fundamentais para os cidadãos”, destacou o relator.

Centrão terá a maior fatia dos R\$ 50 bilhões de emendas

Por Gabriela Gallo

A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, que falta ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PL), separa R\$ 50,4 bilhões para o pagamento de emendas parlamentares. Desse total, R\$ 19 bilhões são para emendas individuais na Câmara dos Deputados e R\$ 5,5 bilhões para emendas individuais do Senado Federal, R\$ 14,2 bilhões em emendas de bancada e R\$ 11,5 bilhões para as de comissão – que são as únicas que não são impositivas, ou seja, que o governo é obrigado a pagar.

Distribuição

A maior parte da distribuição das emendas de comissão será destinada para comissões comandadas por partidos do Centrão, em ambas as Casas. Nenhuma comissão presidida pela Federação PT-PV-PCdoB terá um orçamento robusto, assim como as outras comissões comandadas por partidos de esquerda. Talvez a única exceção seja a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, já que o presidente, senador Marcelo Castro (MDB-PI), é aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As emendas de comissão são coletivas, ou seja, o conjunto de parlamenta-



Claudio Braziliense/Câmara dos Deputados

Comissão de Saúde tem o maior orçamento

res que compõem um determinado colegiado direcionam os recursos do orçamento a estados e municípios.

Na Câmara dos Deputados, as comissões com orçamento bilionário são a Comissão de Saúde (R\$ 3,8 bilhões), sob o comando do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL); Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (R\$ 1,18 bilhão), presidida pelo União Brasil; a Comissão de Esporte (R\$ 1,04 bilhão), atualmente sob a gestão do PSD; e a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abas-

tecimento e Desenvolvimento Rural (R\$ 100 milhões), também comandada pelo PL, a maior bancada da Casa.

Já no Senado Federal, as comissões com maior orçamento são: Comissão de Assuntos Sociais (R\$ 2 bilhões), presidida pelo MDB; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (R\$ 1,1 bilhão), sob gestão do União Brasil, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (R\$ 700 milhões), comandada pelo Podemos.

Isso pode vir a se tornar um problema para o governo federal, que contará com uma menor fatia do orçamento des-

tinado para emendas em ano de disputa eleitoral.

Emendas

De acordo com o relatório substitutivo do senador Angelo Coronel (PSB-BA), os montantes referentes às emendas de execução obrigatória correspondem “a percentuais da RCL [Receita Corrente líquida], sendo atualmente 2,0% para emendas individuais e 1,0% para emendas de bancada estadual”.

Em conversa com a imprensa nesta quinta-feira (20), o relator da proposta, reiterou que os acordos firmados entre os poderes Legislativo e Executivo atendem as “questões feitas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da rastreabilidade, da transparência”.

Todavia, o Plano de Trabalho elaborado pelo Congresso Nacional (em conjunto com representantes do poder Executivo), apesar de ter sido aprovado pelo Supremo, ainda não cumpre com as exigências de transparência. Isso porque os líderes de partidos que terão a responsabilidade de indicar as emendas de comissões e nas atas dos recursos não há qualquer menção ao nome do parlamentar que solicitou a emenda – o que abre brechas para esconder os verdadeiros padrinhos políticos dos recursos.